

# Entre raízes e arbustos: a forma arvoral da literatura e da cultura brasileira

*Lúcia Ricotta*

“O contentamento da árvore com as suas raízes, a felicidade de não se saber totalmente arbitrário e casual, mas de crescer a partir de um passado como sua herança, o seu florescimento e fruto, sendo através daí desculpado, sim, mesmo justificado em sua existência – é isto que se designa agora propriamente como o sentido histórico apropriado”  
(Friedrich Nietzsche, *Segunda Consideração Intempestiva. Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida*).

“A cultura será ainda e sempre uma simples cópia da natureza?”  
(Sílvio Romero, *A Filosofia no Brasil*).

A

ntonio Candido, o autor que escreve sobre a formação da literatura brasileira, pontua, em 1967, a sua própria formação em função de três livros, segundo ele, chaves para “o sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da revolução de 1930” (Candido, 1989, p. 39). Trata-se de *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr., que, para Candido, constituem-se em um contexto cultural de formação de uma geração de intelectuais que aprenderam a se interessar pelo Brasil, “sobretudo em termos do passado”, ou, nos termos avaliativos da “obra” da colonização portuguesa, para endereçamento futuro do desenvolvimento histórico brasileiro.

---

**LÚCIA RICOTTA** é professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

O “sistema literário” de Antonio Candido rearticula a interpretação do passado luso-brasileiro pelas “raízes” apresentadas por Sérgio Buarque de Holanda, em 1936, ressignificando o campo de semelhanças e dessemelhanças da herança lusitana e do sentido próprio da literatura brasileira. Para as “consequências” efetivas e estruturais do peso da tradição ibérica para a cultura brasileira, sem dúvida, tanto *Casa-Grande & Senzala* (1933) quanto *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) acrescentariam teor de complexidade ao campo da *formação* no Brasil; no entanto, deixo-os de lado, por ora. A presente consideração percorre as seguintes relações: a genealogia da “formação” de Candido nas “raízes” de Sérgio Buarque; o caráter teleológico da “formação” como substituição da preocupação romântica com a “origem”, sem descarte do princípio da originalidade; e a metáfora das raízes, por Sérgio Buarque, e a metáfora do galho, por Candido, como concepção arvoral<sup>1</sup> da nossa cultura e literatura<sup>2</sup>.

A afirmação de que nossa literatura “é um galho secundário da literatura portuguesa” e o ensaio sobre as “raízes” brasileiras configuram um regime expressivo ligado à reprodução vegetativa, em que raízes, árvore, galhos, enxertos e enxertia procedem de modo a configurar uma forma *vegetal* da cultura e da literatura brasileira. Tem força de funda-

ção, tanto em nossa sensibilização crítico-literária quanto na literatura propriamente dita, certo rendimento metafórico orientando as linhas de um pensamento sobre a gênese, a “forma final” e as vicissitudes da cultura e da literatura brasileira que exprimem os sentidos históricos de nossa *Bildung*.

Para efeito de significar o projeto fundacional romântico, A. J. de Macedo Soares procede na apreciação geral sobre os *Cantos* de Gonçalves Dias obedecendo à retórica das figuras nacionais da planta e da floresta sobre a literatura romântica: “Ao sr. Gonçalves Dias compete o primeiro lugar entre os primeiros poetas da geração nova: a ele a honra de ter trazido do seio da floresta a planta da poesia nacional, e completado a nossa emancipação do jugo da Arcádia” (Soares, 1862, p. 2).

Uma possível genealogia do rendimento vegetal vem dos viajantes que, dentro de uma nova pragmática discursiva, rejuvenescem a antiga tópica de afetação da natureza do Novo Mundo. Com eles, todo um regime de metáforas é reavivado pela redescrição poética da paisagem<sup>3</sup>. Uma genealogia provável está em *Visões da Natureza* (1807), de Alexander von Humboldt. A “cobertura vegetal”, para ele, é a “determinação principal” da “impressão total” (*Totaleindruck*) nas zonas tórridas, pois “a criação vegetal [...] atua através da grandeza uniforme sobre nossa imaginação” (Humboldt, 2008, p. 76). São vastas as referências ao “grande livro da

---

1 O termo “arvoral” foi usado por João Camillo Penna numa conversa que tivemos sobre o *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido. De alguma forma, sua inspiração naturalista, tomada agora de empréstimo por mim, apresenta o teor da hipótese de Abel Barros Baptista sobre uma espécie de naturalização da finalidade teleológica da “formação” da literatura brasileira.

2 Apoio-me em Abel Barros Baptista e Ettore Finazzi-Agrò – reavaliações críticas contemporâneas do *Formação da Literatura Brasileira*.

---

3 Em *Metáfora Viva*, Paul Ricouer reorienta a perspectiva sobre a metáfora tendo em vista os postulados da referência, desde o “rejuvenescimento” de “metáforas mortas” em novos contextos discursivos cujas significações darão uma visão dinâmica da realidade. A par da hipótese sobre a “metáfora viva”, sugerem-se nas diversas elaborações aqui representadas reinvenções e reinterpretções de metáforas difundidas ao longo da historiografia, que provocam o encontro com o drama da realidade brasileira.

natureza”, cujo sentido figurado remete às correspondências e aos símbolos do mundo espiritual<sup>4</sup>. Em “Ideias para uma Fisionomia das Plantas”, Humboldt afirma que a “beleza específica” dos trópicos está na “diversidade e grandeza das formas vegetais”, que *formam* a “fisionomia natural” aos trópicos: “[...] aos trópicos, a diversidade e a grandeza das formas vegetais, ao norte, a vista das planícies [...]. Cada zona, além de ter seu mérito próprio, tem seu caráter particular” (Humboldt, 2008, pp. 74-5 – grifos nossos).

A mente sensível europeia, ao definir o nosso aspecto fisionômico pela *disposição* do belo vegetal, produziu um regime de afetação tropical para *técnica* das paixões nacionais. Humboldt operou a vegetalização da tópica do belo local, o que lhe garantiu o “senso” das regiões tropicais. Algo genealogicamente próximo das “amizades vegetais” de Rousseau, espécie de “terapia das paixões” do genebrino, quando herboriza nas *Promenades*. Próximo também de um Bernardin de Saint-Pierre, de *Études de la Nature*, importante referência para o Romantismo brasileiro que, como lembra Sílvio Romero (1969, p. 226), “com todos os seus dismantelos, teve muito mais seiva do que os áridos e desajeitados sistemas que [o] substituíram”.

A forma *arvoral* como Candido explica o funcionamento da nossa literatura como sistema evoca não só as “raízes” por meio das quais Sérgio Buarque irá pensar criticamente a forma ibérica enraizada na cultura

brasileira, mas, igualmente, remonta ao jogo de analogia entre “literatura própria”, “caráter particular” e “fruto específico” lançado por Gonçalves de Magalhães, em “Discurso sobre a História da Literatura do Brasil”, de 1836. O preceito analógico a favor do argumento da originalidade torna-se sentença nesse texto. Cito-o: “Cada povo tem sua literatura própria, como cada homem seu caráter particular, cada árvore seu fruto específico”. E demonstra: há as literaturas primitivas e originais, como a grega, por exemplo, que é “toda filha” do céu da Grécia, das leis e dos costumes gregos, e existem as literaturas europeias – a inglesa, a francesa, a italiana, a portuguesa e a espanhola – filhas de outras formações e civilizações, correspondendo, a seu ver, às “árvores enxertadas” de onde se “veem pender dos galhos de um mesmo tronco frutos de diversas espécies” (Magalhães, 1836, p. 242).

O argumento romântico dos “pergaminhos da nação” caracteriza-se por afetar um sentimento antilusitanista, anexo à consideração anacrônica de um hipotético “início” do Brasil e dos brasileiros antes da dominação lusitana. Segundo pensa Magalhães, o primeiro habitante desta terra, o índio, constitui o gênio dos instintos *ocultos* do Brasil, “entidade primitiva, estável e indomável, que teimosamente teria sobrevivido a séculos de colonização” (Lima, 1991, p. 63). Assim o “Discurso” representa uma narrativa de “fundação” da nação dentro do programa de invenção da tradição, notabilizando-se pela rearticulação de matrizes europeias, em especial a de Ferdinand Denis, para referendar sua *nova* pragmática discursiva de originalidade.

Para proceder ao exame da herança do “ângulo” romântico que a visada historiográfica de Candido nos impõe, há que se

4 Samuel Taylor Coleridge (1829, p. 376) entende assim a criação vegetal: “[...] the vegetable creation, in the simplicity and uniformity of its internal structure symbolizing the unity of nature, while it represents the omniformity of her delegated functions in its external variety and manifoldness, becomes the record and chronicle of her ministerial acts, and inchoates the vast unfolded volume of the earth with the hieroglyphics of her history”.

distinguir a nuance entre a preocupação com a origem e a proposta de “formação”, ponto de notável importância no terreno das atitudes críticas no Brasil, que interpreta a literatura segundo as “providências formativas” do “leitor culto” (Candido, 2007b, p. 11).

A afirmação do “Prefácio da 1ª Edição” de *Formação da Literatura Brasileira*, de 1959, é a seguinte: “[...] a nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no Jardim das Musas...” (Candido, 2007b, p. 11). O contexto textual do “galho secundário” representa a hipótese de nossa proveniência da árvore original de Portugal e prepara a sugestão para formarmos, nós, brasileiros, “sensibilidade” literária e cultural e “visão de mundo” de extração nacional *sem provincianismo*. O *nosso* dentro do projeto formativo não consiste numa *evidência* produzida em nossa origem como originalidade, tal qual postulada pelos historiadores literários que cancelaram o Romantismo brasileiro, pois a perspectiva do “galho secundário” segue o paradigma da “transplantação”, em que “todo fruto de nosso trabalho e de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem” (Buarque de Holanda, 1989, p. 3).

O “Prefácio” ainda esboça a discrepância entre o complexo orgânico local e universal na literatura estrangeira e a situação histórica, no caso das letras brasileiras, de ausência de origem. Parafraseio Candido: o francês, o italiano, o inglês, o alemão, o russo e o espanhol, conhecendo os autores de suas terras, encontraram o suficiente para elaborar a “visão das coisas” e para experimentar “as mais altas emoções literárias”, sem recorrer a experiências literárias de outras formações sociais. Nós, brasileiros, segundo

nota, estamos “fadados, pois, a depender da experiência de outras letras”, porque nossa literatura é gerada “no seio da portuguesa e dependeu da influência de mais duas ou três para se constituir” (Candido, 2007b, p. 11). Três pontos a considerar: primeiro, a ideia de que a formação de um escritor culto na Europa radica suas condições de existência na expressão universal de um *local*, o campo próprio de cultivo estético-sensível do receptor europeu. O segundo, que dá prosseguimento lógico à situação de enraizamento do leitor europeu, emerge do endereçamento dialético do local e do universal apto a filtrar a experiência literária do Brasil. Sob esse ponto de vista, Candido acrescenta a função histórica de um dos “momentos decisivos”: “[...] o Arcadismo foi importante porque plantou de vez a literatura do Ocidente no Brasil” (Candido, 2007b, p. 19) e porque articula *localmente* o sistema expressivo da língua culta europeia. Regrando suas composições segundo modelos prescritivos da “disciplina clássica”, os arcades definiram, a seu ver, *nossa* hipotética originalidade, “por causa” dos artifícios distintivamente cultos e universais. Candido anacronicamente subtrai o lugar institucional da prática letrada lusitana de representação no século XVIII, ainda em profunda continuidade histórica com a da América portuguesa, para afirmar nela a existência da originalidade *brasileira*. É, portanto, “desistoricizado” o nexos entre local e universal na produção colonial, porque o “cá” e o “lá” não correspondem a circunscrições geográfico-culturais distintas; os prováveis sentidos históricos do local engendram-se na repetição e diferença impossível do mesmo imposto pela metrópole. Sobre a “condição paradoxal” do Brasil colônia, evoco Finazzi-Agrò (1991, p. 55):

“Condição paradoxal, esta, pela qual só insinuando-se nas imagens ‘emprestadas’ pelos europeus [...] os intelectuais do Novo Mundo podem reconhecer e nomear a sua especificidade que, sendo, todavia, adquirida dentro da visão e imaginação alheias, cessa, *ipso facto*, de ser uma especificidade”.

O terceiro ponto a considerar vem da afirmação de que nossa literatura é “gerada no seio da portuguesa”, seu início não é autêntico e tampouco expressa espontaneamente uma cultura peculiar. O acento sobre a “transplantação” da “cultura milenar europeia”, que resolveria contrarromanticamente a equação da origem, evitando anacronismos, perde o valor de proposição antirromântica, quando se evidencia a determinação sobre a “formação de uma sensibilidade nacional na literatura”, de Cláudio Manuel da Costa, por exemplo. O *local* distinguido extemporaneamente no interior do “sistema colonial” em formação aplica-se na projeção de uma hipotética “realidade” de “cor local” na “prática letrada” setecentista, outrora prescrita pelo regime representativo retórico-poético, supranacional, e sob a vigência dos sistemas teológico-políticos da monarquia portuguesa dos séculos XVI, XVII e XVIII<sup>5</sup>. Ao invés de ver ali a atualização de discursos referendados pela larga tradição da prática letrada, Candido busca a expressão de um local *brasileiro* já se diferenciando do universal, muito antes de o projeto romântico constituir os termos da originalidade como fundamento da nacionalidade literária.

Para além, portanto, do evidente descarte da busca de autenticidade desde a origem

por Candido, o argumento da dependência na forma de um historicismo radical sobrevaloriza o caráter histórico da literatura em nome do dever-ser das letras num engajamento reflexológico da “cor local”. Essa história literária não procede de uma rejeição formalista da história; ao invés, o histórico da literatura não é o fundamental caráter dos eventos contingentes da produção literária, mas a “função histórica” que liga os dois “momentos decisivos”. A história é, em Candido, o lugar da “construção nacional”, e como, para ele também, o ponto de vista histórico é “quase imposto pelo caráter de nossa literatura”, vem daí que à expressão literária brasileira não cabe outro sentido senão o de que “são todos [...] animados do desejo de construir uma literatura como prova de que os brasileiros eram tão capazes quanto os europeus” (Candido, 2007b, p. 28). É nesse sentido que os “momentos decisivos” podem ser articulados, mesmo no caso das letras coloniais, que convencionalmente encenam a função moral e política do Estado monárquico português.

A hipótese sobre a *dependência* da literatura brasileira das letras portuguesas é uma construção do Romantismo. Construção fortemente dramatizada pela afetação antilusitanista, que interpreta a dependência colonial como “espessas trevas” ou “fado” a desterrar o “gênio” brasileiro. O “Discurso” de Magalhães<sup>6</sup>, mais uma vez, propõe a contrapartida do primitivismo (“cada povo tem sua literatura”), embora aponte para as literaturas modernas “cuja civilização apenas é um reflexo da civilização de outro povo”,

5 Para os critérios de legibilidade da produção letrada colonial, ver Hansen (2007).

6 Gonçalves de Magalhães admite a dependência da literatura europeia moderna de outras formações culturais.

nelas enxertadas (Magalhães, 1836, p. 242). Magalhães rejeita o enxerto lusitano e, com ele, a imposição do aparato mitológico-pagão. O *novo* gênio deve contrapor-se à “imitação servil” aos clássicos e imitar as “felizes disposições de uma pródiga natureza” nas cenas originárias, endereçando seus instintos para o simbolismo da terra natal (Magalhães, 1836, p. 266). Assim presume o *tipo* original da literatura, toda filha do céu do Brasil e do “gênio musical e poético” dos tamoiós, tupinambás e caetés, arrematando: “[...] o país se não opõe a uma poesia original, antes a inspira”. Pela “fisionomia” e “caráter” da paisagem poética nos trópicos ornamenta-se a *origem* primitiva do “instinto oculto” do primeiro habitante da terra brasílica (Magalhães, 1836, p. 248).

Note-se desde já a articulação na historiografia literária brasileira do discurso sobre a *teckné* dos instintos. O “instinto oculto” de Magalhães, o “instinto de nacionalidade” de Machado e a “brasileidade” de Candido evidenciam tanto o aspecto original quanto o processo de maturação e a finalidade da literatura brasileira. O instinto como afecção nacional também é reclamado por José de Alencar. Na carta ao Dr. Jaguaribe, em *Iracema – Lenda do Ceará*, a busca da língua indígena, com “termos que pareçam naturais na boca do selvagem”, é realizada mediante “uma espécie de instinto”, afirma Alencar, que “impelia a [sua] imaginação para a raça selvagem indígena”. Por meio desse artifício da disposição *originária* dos brasileiros, a produção metafórica do Romantismo dramatiza a infância do Brasil<sup>7</sup> em uma “ficção

7 Relembro *O Sentido da Formação*, de Paulo e Otilia Arantes, e sua sugestão sobre a genealogia do projeto formativo de Candido na proposição de Sílvio

de origem”, então esvaziada de história e largamente difundida como tópica. A historiografia do “sistema” não postula o autenticamente *nosso* na origem, embora atualize disposições locais como originalidade. Soa, aliás, como contraponto ao *nosso* desde a origem a afirmação candidiana: “[...] estamos fadados a depender da experiência de outras letras”. Atualizando a tocante presunção de Sérgio Buarque de que “somos herdeiros”<sup>8</sup>, formados pela herança ibérica que nos especifica, Candido se afasta do problema da origem, sem contudo desarticulá-lo do âmbito da *Formação*.

Fora da tipificação das “cenas de origem” pelos românticos, a formação ganha figura de problema, sobretudo quando vemos Candido empenhado em equacionar o caráter *defeituoso* da *nossa* formação.

---

Romero sobre a ausência de “tradição intelectual” no Brasil. Cito-o, a partir de “A Filosofia no Brasil. Ensaio Crítico”: “Na história do desenvolvimento espiritual no Brasil há uma lacuna a considerar: a falta de seriação nas ideias, a ausência de uma genética. Por outros termos: entre nós um autor não procede de outro; um sistema não é uma consequência de algum que o precedeu” (Romero, 1969, p. 32).

8 A afirmação de Sérgio Buarque de Holanda de que “somos herdeiros” ganharia rendimento se confrontada com a ideia de “força plástica” presente na *Segunda Consideração Intempestiva. Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida*, de Friedrich Nietzsche. O patrimônio formativo da herança, segundo o filósofo, impõe uma necessidade exterior ao herdeiro; um povo herdeiro de outro povo tem sua determinação nas raízes de um passado alheio a seu próprio tempo. A contrapartida da herança está no seu caráter de força plástica, a força principal da qual dependem as duas faculdades, o esquecimento e a memória prontos a balizar o grau de assimilação dos elementos culturais e formativos vindos de fora. O passado, o elemento estrangeiro implica um problema: a capacidade de sua assimilação pela plasticidade do vivente ou do povo. A “força plástica”, medida do quanto de estranho um homem é capaz de assimilar, está ligada à questão da “digestão”, que faz com que o vivente se alimente do que ele não é e isso transforma a sua própria substância; assim o homem se degenera porque vive na “ruminação” de um passado alheio e entulhado com épocas, hábitos, costumes, conhecimentos estranhos

A proposta é partir de uma aprendizagem amorosa das “coisas brasileiras”. Aprendizagem que é o meio para o fim da particularização “dos sentimentos” dos homens em meio a uma terra inculca, dos quais se formaram os *nosso*s. Aplicando-se na “aclimação penosa”, as providências formativas do “sistema literário” adéquam-se à finalidade de constituir o autenticamente *nosso*, na propensão a indicá-lo anacronicamente como hipotético início da cultura da brasilidade, quando ainda éramos América portuguesa<sup>9</sup>. O *nosso* impõe a dialética das situações simbólicas, local e universal, aptas então a banir o vazio da “terra inculca” e a resistir ao provincianismo obtuso de um puro local, que, “para bem ou para mal”, anota Schwarz, “é uma força histórica e funciona como filtro” capaz de frear o patético macaquear das influências externas, temido por Sílvio Romero. O “sistema literário” dinamiza os efeitos da força formativa do “engajamento patriótico das letras” sem, contudo, cumular a teoria literária de Candido de nacionalismo, afirma Schwarz; seria como afirmar que a água não toma a forma do vaso que enche... Ora, o *Formação* constitui-se num momento teórico, ele também decisivo, de dar forma ao “sentimento íntimo” do escritor e leitor *brasileiros* perante as contradições locais, uma verdadeira “cultura histórica” da lite-

ratura para a aprendizagem amorosa das coisas brasileiras.

Os conceitos de “formação” e “sistema literário” convergem com as preocupações culturais e políticas da “geração” da década de 30. Candido avalia, no prefácio de 1967 ao *Raízes do Brasil*, como seu testemunho sobre o livro de Sérgio Buarque vale representativamente como o testemunho da “experiência de muitos, de todos que, pertencendo ao que se denomina uma geração”, vão desaparecendo enquanto indivíduos “para se dissolverem nas características gerais da sua época” (Candido, 1989, p. 39). Seu depoimento, que supostamente registraria um falar de si, opera um distanciamento da significação pessoal, possibilitando a construção histórica de um contexto intelectual que remonta à década de 30.

Paulo Arantes assinala a pertinência emblemática da palavra “formação”, no âmbito da experiência intelectual brasileira. Os ensaios interpretativos do Brasil dedicam-se, a seu ver, a dotar de “ossatura moderna o meio gelatinoso”, e a *performance* intelectual no Brasil, segundo pensa, visa a combater a “atrofia congênita” significativa na “ausência de linhas evolutivas mais ou menos contínuas a que se costuma dar o nome de *formação*”. À essa geração dos ensaístas de 30 se junta a “construção penosa de nós mesmos” (no dizer de Paulo Emílio), para formar a fonte nacional de um sistema de referências internas apto a romper com a vulnerabilidade local perante a indiscriminada adesão às ideias postizas.

Daí “a dinâmica da nossa formação europeia e americana”, configuração típica, a marcar a “dupla fidelidade” dos escritores brasileiros, que são fiéis ao local sendo fiéis ao universal (Candido, 2007b,

---

que o tornam indignos de criar por si mesmos. Disso deriva a indigestão da vida ou o que ele chama de “ruminação”, espécie de sintomatologia do ascetismo em que Nietzsche vai buscar a genealogia do ideal ascético, na terceira dissertação da *Genealogia da Moral*.

9 O que se lê em Antonio Candido tem por alvo a literatura, no entanto, como no período colonial se desconhecia o que chamamos de literatura, é pertinente falar da produção letrada colonial que conduz à retórica. Ver Hansen (2007).

p. 91)<sup>10</sup>. Os romancistas românticos, para Candido, querendo cumprir com o padrão europeu solicitam produções literárias mais amadurecidas e, ao mesmo tempo, autenticam o local. *Nosso* epítome está num Machado de Assis duplamente fiel: filho da “tradição romântica brasileira”, se alça à paternidade dela – “[...] prezou sempre a tradição romântica brasileira, e, ao continuá-la, deu o exemplo de como se faz literatura universal pelo aprofundamento das sugestões locais” (Candido, 2007b, p. 437)<sup>11</sup>. Outro contexto literário da “dupla fidelidade”, esteticamente valioso para Candido, é a produção de Cláudio Manuel da Costa. Este configura uma ambivalência simbólica sob “oscilação moral” entre “duas terras” e “dois níveis de cultura”, um rude e um civilizado, as Minas Gerais e Portugal: “Intelectualmente propenso a esposar as normas estéticas e os temas líricos sugeridos pela Europa, sentia-se não obstante muito preso ao Brasil” (Candido, 2007b, p. 90). Na sua poesia árcade, Candido distinguiu uma *sub*-realidade de Tejo e Mondego nas Minas. Então, a seu ver, foi “por causa” da formação europeia e não “a despeito” dela, como quis Gonçalves de Magalhães, que a literatura *funcionou* localmente e definiu *nossa* originalidade (Can-

---

10 Curiosa a permanência da ambiguidade do escritor brasileiro. Veja o juízo de Pinheiro Chagas de um Gonçalves Dias bifacetado: “Gonçalves Dias tem duas feições distintas, a do poeta americano e a do poeta europeu. A primeira adotou-a [...] porque estava intimamente convencido que devia [...] fundar ou procurar fundar a poesia nacional. Essas tentativas [...] ficaram, apesar de tudo, um pouco descoradas, porque o poeta [...] tinha os olhos constantemente fitos, através do Oceano, nas paisagens europeias” (Chagas, 1866, p. 170).

11 Embora não exista no livro de 1959 sequer um capítulo sobre Machado, o certo é que ele representa a própria razão de ser do sistema literário, o seu *télos*. Ver “Um Instrumento de Descoberta e Interpretação”, do *Formação*.

didado, 2007b, p. 19). No entanto, esse modo de imputar a finalidade da originalidade à prática poética na colônia não é outra coisa que a tentativa candidiana de adequar uma suposta afetação *emocional* das penhas e penhascos das Minas ao padrão cultural do artifício europeu: como se Cláudio Manuel da Costa fingisse ser um pastor virgiliano com “naturalidade sem artifício” nos penhascos mineiros.

É admitido, por Candido, que a poesia de Cláudio Manuel contém uma emoção que se passa no interior do sujeito, por sua vez provocada por uma referência objetiva da rusticidade das montanhas mineiras. A rusticidade nesse poeta, deve-se entender, é uma tópica, metafórica e poética, e não referenciada a uma experiência pessoal do escritor em relação ao seu meio ou ao localismo, pois – nos apoiemos em Sérgio Buarque de Holanda –, “no tempo de Cláudio Manuel da Costa e nas condições em que se formou sua mentalidade, [o] empenho realista seria nada menos do que um milagre de anacronismo” (Buarque de Holanda, 1991, p. 369). Por contraste a Sérgio Buarque, Candido vê presentes, de modo “vital” na prática de Cláudio, o “subsolo emotivo”, as “vivências profundas”, as “raízes da emoção”, a “sensibilidade profunda”, que, apesar do convencionalismo arcádico, irrompem (Candido, 2007b, pp. 89-91). Supondo a psicologia, o reflexo do solo natal e a originalidade para os termos da representação colonial de Cláudio, talvez o “ponto de vista romântico” de Candido<sup>12</sup> não se expresse com maior relevo romântico que na interpretação desse autor, evidenciando-se

---

12 Para uma discussão do ponto de vista romântico de Candido, ver “Gonçalves de Magalhães e o romantismo no Brasil”.

na projeção de categorias extemporâneas ao contexto das “letras” coloniais. Ajuizando a prática letrada de Cláudio como o *início* de um traçado típico da essencialidade e do realismo local – com efeito, um nacionalismo antes da nação –, Candido se coloca no “ângulo dos nossos primeiros românticos e dos críticos estrangeiros” e se utiliza de categorias positivistas para ajuizar criticamente (Candido, 2007b, p. 27). Há, claro, uma diferença de seu ponto de vista romântico para os termos teóricos do nacionalismo literário inaugurado por Magalhães. Enquanto este elabora, assinala Paulo Franchetti (2006, p. 121), “a primeira formulação cabal, no Brasil, à ideia [...] de que os temas, as formas e as técnicas da literatura europeia se não obstruem, ao menos dificultam a expressão do caráter nacional na produção letrada do país”, Candido sustenta uma razão dialética. Portanto, não é “a despeito dos cálculos da educação” europeia, como referia Magalhães, que a poesia original do país se constituiria. Antes, é “por causa” da orientação mental e estética dos europeus que os árcades expressam *nossa* originalidade, contrapõe Candido. Ele, portanto, rompe com o antilusitanismo de Magalhães sem, contudo, dissociar-se da “seiva” romântica; a expressão da brasilidade *empenhada* submete-se à experiência de filtragem da “língua culta” *aqui*.

Como a base do “sistema literário” de Candido supõe a estrutura tripartida de autor-obra-público, e o destinatário *local* da enunciação poética, ao menos da prática poética do século XVIII da América portuguesa, é inexistente no Brasil, pois tanto Cláudio Manuel da Costa quanto Silva Alvarenga, Basílio da Gama e Santa Rita Durão formalizavam articulações imaginárias de um receptor europeu, então a comunicação lite-

rária não pôde se efetivar na arena local, a não ser pela introdução do argumento candidato da particularização intempestiva de um comportamento poético da brasilidade no século XVIII da América portuguesa.

A leitura de Sérgio Buarque de Holanda é primorosa, nesse sentido. Ao invés de um Cláudio romântico *avant la lettre*, Sérgio Buarque, com erudição notável, rastreia o emprego convencional que o poeta faz de Góngora, Lope de Vega, Metastasio, Teócrito, Virgílio, Horácio, Camões, evidenciado antes a emulação de matrizes tradicionais pelo poeta que nele afetam um “fundo patético”. Fora, portanto, de esquema teleológico, e sem qualquer demanda anacrônica de nacionalismos antes da hora, Sérgio Buarque segue de antemão o argumento de que a literatura brasileira dos tempos coloniais tem “raízes bem hispânicas e portuguesas” e, enquanto tal, não pode se constituir separada da literatura que a formou. Replicando afirmação de João Ribeiro sobre a “Fábula do Ribeirão do Carmo” do poeta árcade, Sérgio Buarque (1991, p. 345) comenta: “A amargura contra a condição de peregrino na própria terra responde para o poeta a uma simples convenção literária. A paisagem brasileira, disse-o bem João Ribeiro, ‘não cabe em sua estética’”.

No quadro dos ensaios que diagnosticam a precariedade do sistema intelectual brasileiro, Candido reintroduz a ideia de formação a título de agente formal significativo da tradição literária, circunscrita à comunidade nacional. A voga da formação, além de assegurar a “transmissão de algo entre os homens, [...] formando padrões” (Candido, 2007b, p. 24), reflete as linhas de um pensamento sobre a gênese e a forma final da cultura e da literatura brasileira. Forma

e genética configuradas sob um regime expressivo ligado à reprodução vegetativa, em que raízes, árvore, galhos, enxertos e enxertia procedem de modo a constituir uma forma “arvoral” de legibilidade da cultura e literatura brasileiras. Do ponto de vista de Sérgio Buarque, a metáfora de fundamento das “raízes” indica como objeto formador a parte por meio da qual a estrutura orgânica se implanta em determinado terreno. Parte oculta, não visível, enterrada sob “extenso território” da natureza tropical, as raízes – espécie de recalque mediado pela tópica da exuberância tropical – antecedem temporalmente o Brasil e lhe determinam a proveniência. Essa ensaística das “raízes” sustenta o argumento do artificialismo da herança ibérica perante uma terra de notável volume natural, e ao mesmo tempo critica a hipótese romântica de um Brasil originário bem como o espírito de brasilidade presidindo a cultura no Brasil<sup>13</sup>.

A família de metáforas de linhagem vegetal, rastreadas na historiografia literária romântica e na visada de Candido e Sérgio Buarque, percorre sentidos distintos em que se alinham o Brasil originário pelos românticos e a rearticulação dessa descoberta pelos modernistas, na qual se inclui o ensaio de Sérgio Buarque bem como o projeto da *Formação*. Da competência dessa família metafórica confere-se significação à fundação da nacionalidade, à aclimação da cultura ibérica transplantada e às “condições especiais de nosso desenvolvimento histórico”

---

13 A discussão de “Contrapontos à Brasileira: *Raízes do Brasil* e o Jogo das Metáforas”, de Roberto Vecchi, situa o livro de Sérgio Buarque dentro de um amplo projeto modernista de “desmetaforização e remetaforização do passado”, para configuração de uma “ordem explicativa” sobre “o movimento histórico ocorrido no país e da forma por ele gerada” (Vecchi, 2008, p. 370).

(Buarque de Holanda, 1989, p. 136)<sup>14</sup>, por meio da figuração de sentidos repartidos em diferentes níveis de singularização cultural do Brasil, que se desdobram nos processos de gestação de “frutos” nacionais, de maturação do “sentimento íntimo” e, finalmente, no processo da “forma final” da brasilidade.

Em *Raízes do Brasil*, qualquer precocidade da brasilidade é refutada; evitam-se os anacronismos românticos. Com efeito, o emprego nele de metáforas consiste num ato interpretativo do comportamento social da tradição com vistas a estabelecer, em face do delírio ufanista de um passado nacional, a anterioridade da cultura ibérica. As raízes reescrevem a história do Brasil evocando a memória de algo que esteve ausente das interpretações historiográficas românticas, o iberismo como a nossa proveniência. Dessacralizam o discurso da origem, destroem o repertório canônico das metáforas românticas e reinterpretam a “obra” histórica do passado luso-brasileiro para representar a genealogia das mazelas de nossa formação social – “a sociedade foi malformada nesta terra, desde as suas raízes”. Tudo isso é arquitetonicamente alinhavado no livro, como argumenta Roberto Vecchi, para se chegar ao sentido histórico descrito nos “Novos Tempos” e “Nossa Revolução”. Depois de historiar o peso da tradição, vislumbra-se, ao final, o compasso da *nossa* realidade brasileira<sup>15</sup>.

---

14 Considere-se por Sérgio Buarque a aquiescência entre a rude cultura portuguesa agrícola e a natureza do Brasil. Ver Costa (2004, p. 71).

15 Atualizo a estrutura dualista de *Raízes do Brasil* assinalada por Roberto Vecchi. Ele vê dois tipos de recursos metafóricos no livro, o que nos permite vislumbrar o “quanto esta obra está enraizada no terreno modernista não só pela descoberta-reflexão sobre a realidade do país, mas também da brasilidade como temporalidade própria da experiência coletiva da nacionalidade” (Vecchi, 2008, p. 373).

Esse é o provável conhecimento *novo* que os “novos tempos” propiciam, o conhecimento de um tempo próprio ao Brasil, moderno até, no que ele tem de preservação e novidade, ordem do Estado e desordem natural do conjunto social brasileiro. Essa a modernização metafórica de *Raízes do Brasil*.

A hipótese aqui da analogia entre interpretação do Brasil e processo botânico exprime também um campo de finalidades tensionadas. Desde o “fato” social de que tudo o que é nosso vem de fora, se produz uma tensão entre a procedência das raízes (exteriores à terra) e o vir-a-ser dos galhos brasileiros segundo “aclimação penosa” da árvore original ibérica. O caso peculiar de Sérgio Buarque está em que ele pensa a tensão histórica entre o peso das estruturas arcaicas do passado e os pontos culminantes da “grande revolução brasileira”, sem “harmonia falsa”. Caso contrário, ou estaríamos diante de um país de passadistas enraizados, ou num Brasil de futuros desenraizados.

A *nossa* revolução aplica-se em configurar politicamente o “nosso próprio ritmo espontâneo”, o verdadeiro ritmo de encontro com a “nossa realidade” periférica, caracteristicamente tensa e dinâmica entre o que ela é e o que ela não é. E onde estaria o sentido do novo nessa revolução? Não tanto num caminho salvacionista de revolução da civilização citadina, pois se o movimento revolucionário lentamente rompe com a articulação social das condutas rurais, a cidade tampouco parece promissora aos valores cordiais da comunidade. Essa tese encontra-se na interpretação que Pedro Meira Monteiro dá ao *Raízes do Brasil*, “não apenas como o drama da formação do espaço público no Brasil, mas como a tragédia que indica a ruína de uma ordem familiar, antiga

e acolhedora”<sup>16</sup>. O novo estaria, portanto, no “contraponto” do Estado, que mostra seu domínio na arte de contrastar e, ao mesmo tempo, complementar o conjunto social desde um “contorno congênito” do “mundo de essências mais íntimas”, este mundo intocável do ponto de vista de uma ação política razoável e resistente “às decisões impostas de fora”, seja a dos caprichos políticos, seja a do normatismo de ideias, um mundo, aliás, que se mantém plasticamente ordenado. O novo, desde já, causa efeitos combinados de contraste, semelhança e complementaridade com o “mundo de essências mais íntimas”, o que equivale a abandonar a hipótese segundo a qual a nossa revolução conteria uma ruptura drástica com o passado, uma vez que coexistem, sem conciliação nem síntese dialetizada, o “mundo de essências mais íntimas” e a “organização de nossa desordem” pelo Estado (Monteiro, 2008, p. 357).

Por contraste ao mundo de essências mais íntimas, a imagem boa e instrutiva, apresentada por Sérgio Buarque, é a de um Machado como “flor” de “planta de estufa”, como escritor de modernidade desenraizada, sem antecessores espirituais nacionais, o próprio gênio descolado do solo natal (Buarque de Holanda, 1989, p. 121). Para Sérgio Buarque, Machado forma um “mundo fora do mundo”, o qual gira em torno de um fator dominante das letras no país: “[...] o horror

16 Essas considerações seguem o argumento de Pedro Meira Monteiro, em “Uma Tragédia Familiar”: “Muito se tem escrito a respeito da ausência de um fecho programático em *Raízes do Brasil*, que talvez não seja simplesmente um sinal de abertura para o novo, como muitas vezes se quer fazer crer. Mais que uma suposta abertura para o novo, ou para o inteiramente novo, talvez exista aí, nessa irresolução, um fundo de conservantismo” (Monteiro, 2008, pp. 354-5).

à nossa realidade cotidiana”. Representante típico do indiferentismo e do esquecimento perante a vida brasileira, ele provoca, a seu ver, “desencantos precoces e ilusões de maturidade”, os meios pelos quais efetua sua imitação de “planta de estufa”.

Machado de Assis, o mestre dos mestres, ou, como a crítica oitocentista gostava de referir, o “patriarca das letras”, instaura uma cena de reconhecimento e des(conhecimento) para todo brasileiro que o lê. Esta cena é posta e repostada pela “cadeia de recepções” que vai do século XIX ao século XX tentando resolver a paternidade ou a orfandade de Machado perante a tradição local. Ele era um “estorvo” para seus contemporâneos, fosse para José Veríssimo ou para Sílvio Romero. Este identifica nele um humor pessimista e, ao mesmo tempo, afirma que “não somos em grau algum um povo de pessimistas”. Veríssimo teve o mérito de condenar o juízo de Romero, dizendo que “a obra literária de Machado de Assis não pode ser julgada segundo o critério que eu peço licença para chamar nacionalístico”, no entanto, restringe-se a apontar para o perfeccionismo do emprego da língua, “a mais sã, a mais numerosa, a mais expressiva e a mais formosa que ainda aqui se escreveu”.

“Cadeias de recepções” ainda se desdobram no século XX: como sugere Candido, o Machado como representante de uma “continuidade literária”, a tradição do romance romântico e aquele que deu realmente “o exemplo de como se faz literatura universal pelo aprofundamento das sugestões locais”, ou Machado, um iniciador sem “antecessores espirituais”, órfão de pai nacional, espécie de traição à tradição do romance romântico brasileiro ou “ilha isolada, sem contato com a terra geral”, para usar o *retrato*

de Luiz Costa Lima de um Machado com face oposta à repetida mimética nacional, até inverossímil, ao Brasil de escritores empenhados. A paternidade nacionalista de Machado, por Candido, lhe é atribuída em virtude de ter sido o escritor maduro que fez aceder o local à expressão universal. Filtrado pela “dupla fidelidade” ao Brasil e à Europa, Machado *forma* a maturidade do sistema literário brasileiro e é, definitivamente, transformado por Candido em plataforma crítica e canônica. Recebido por essa historiografia literária empenhada no nacional, Machado, segundo essa perspectiva, que, além de Candido, inclui o trabalho de Roberto Schwarz, transforma o nacionalismo convencional do “pitoresquismo” em notação íntima do “escritor brasileiro”. E o “sentimento íntimo” desse escritor, “homem do seu tempo e país”, sobrepõe-se finalmente à matéria da paisagem romântica. Um verdadeiro “programa de trabalho” crítico que transforma o “instinto de nacionalidade” em meta do projeto da *Formação*.

A organização orgânica, por Candido, da cultura e da literatura brasileira perante a evolução do Brasil é notada pelo crítico Abel Barros Baptista. A seu ver, Candido combina o “galho secundário” da literatura portuguesa com o terreno denominado *brasileiro*, onde se realiza nova conformidade: o galho medrando conforme o terreno da enxertia adquire a forma do Brasil. Entre a literatura portuguesa e a literatura brasileira, já não há somente um corte entre raízes e finalidades, ou entre causa histórica e efeitos, mas uma exclusão; eis por que nas primeiras linhas do exame de Abel Barros ele aponta para o “desconhecimento” de Portugal como “resultado natural do processo de ‘formação’ da literatura brasileira”, uma vez que para a

particularização literária *brasileira* precisava-se cunhar de passadista qualquer eco português que lutasse por se manter no campo de nossa literatura. Juízo próximo a este está em Luiz Costa Lima de “A Crítica Literária na Cultura Brasileira do Século XIX”. Embora o autor esteja se ressentindo de um fosso aberto entre o século XX e seu antecedente, o século XIX, e não do desconhecimento da herança portuguesa, o diagnóstico acerca da estranheza que imputamos ao nosso passado, como se ele não nos pertencesse e como se não reconhecêssemos nos nossos críticos de outrora a paternidade cultural de muito dos nossos impasses, aponta para a persistente mania de instituir marcos zero.

“Antes de sabermos o grau em que éramos colonizados, optamos pelo ‘esquecimento’ da proveniência, preferimo-nos órfãos. Esta morte cultural da paternidade apresenta duas faces. Na primeira, regozijamo-nos com nossa orfandade; não temos legado, herança ou tradição; ao começarmos, a terra é outra vez virgem; marco zero, tudo em nós e de nós principia” (Lima, 1981, p. 30).

*Raízes e Formação* convergem no campo das nossas raízes paternas de cultura ibérica, no entanto, eles se encaminham para distintas articulações. As raízes de Sérgio Buarque, apesar de recolocar o passado e o peso de sua tradição em nós, engendram uma interpretação referenciada para percepção das temporalidades que compõem o ritmo nacional. Candido, à diferença de Sérgio Buarque, reinterpreta as raízes orientando-as para um suposto *fim* de sinais intactos de brasilidade. Pelas mãos de Candido, à “implantação” das raízes segue-se a “aclimação” da herança ibérica a um devir *brasileiro*; naturaliza-se o implantado conforme o *nosso* terreno,

porque sendo as “tendências particularistas e universalistas” a condição de possibilidade do que nos particulariza, e sendo a herança regida pela diferença pura e essencializante que o Brasil faz do universal, desde um assíduo consumo *local* da cultura culta, a exigência de organização do sistema continua sendo contraditoriamente um *local* aniquilador das raízes ibéricas. E o preceito, não sendo mais o da origem explicadora da razão de ser da literatura *brasileira*, para Candido pressupõe, contudo, a originalidade do “sentimento íntimo”, formada ao longo de um processo histórico de antemão dirigido para o aniquilamento das raízes.

A tensão em Candido entre proveniência e formação, ou entre passado e futuro, é resolvida pela síntese do nacional que a tradição do sistema opera. Assim, a ficção machadiana representa o próprio “futuro passado” dentro da literatura brasileira, o momento em que Machado recupera o que ficara até então perdido entre os escritores de antes dele, podendo devolver retrospectivamente aos romancistas românticos o que lhes fora devido, o Brasil, já seminalmente formalizados em suas narrativas. Machado, portanto, constitui-se numa determinação histórica vinda do passado literário do Brasil e, como tal, forma o Brasil na exata medida em que é formado pelo seu país, seu tempo e seus antecedentes.

No caso de Sérgio Buarque, teríamos diferente advertência: conserve-se *melhor* o “mundo de essências mais íntimas” (Buarque de Holanda, 1989, p. 142). Sua proposta de aniquilação das raízes ibéricas se fará desenterrando o tradicionalismo oligárquico e preservando, sob contorno congênito, “essências mais íntimas”. Se, por um lado, seu exame reflete a consciência sobre as mazelas do

personalismo autoritário, do homem cordial e da ausência de transparência pública em face da força das prerrogativas privadas, por outro, considera o contorno de possibilidades democráticas futuras sem abrir mão do “mundo de essências mais íntimas”, herança da tradição colonial luso-brasileira.

No caso de Candido, o caráter nacional, perfazendo-se na dialética, constituirá um local purificado das raízes portuguesas e ibéricas. Mas é preciso perguntar, tendo em vista agora um confronto de Sérgio Buarque com Antonio Candido: como nossas raízes ibéricas, mais especificamente portuguesas, fazem crescer uma literatura brasileira comprometida formal e substancialmente com o Brasil? Pelo caráter teleológico da formação de Candido, nota Abel Barros Baptista. Lembre-se da metáfora do galho *brasileiro* da literatura portuguesa por Candido e agora retome o raciocínio de Abel, no seguinte ponto: “[...] um galho medra, mantendo naturalmente características do arbusto donde provém, mas crescendo em consonância com o terreno até se tornar *próprio dele*”. O amadurecimento dos galhos da árvore europeia implantada se dá conforme o terreno, até o galho se tornar próprio dele, seguindo a tendência natural de crescimento de uma muda transplantada. Isso resume o processo de implantação numa tensão entre a origem e a finalidade com fins de *nossa* formação. O americanismo de Sérgio Buarque supõe um plano de vicissitudes; o local de Candido traduz um destino *final* desenhado segundo um dever-ser ideal da formação, naturalizando o que é nosso na forma final.

Todo o ato da enxertia conformaria uma “alma comum”. Segundo definição dicionarizada, ela é a “operação que se caracteriza pela inserção de uma gema, broto ou

ramo de um vegetal em outro vegetal para que se desenvolva *como na planta que o originou*”. Seria *tal pai qual filho*, cujos nomes operam uma semelhança na determinação da herança sobre a forma filial, *tal qual* sua forma original, daí a “alma comum”. No entanto, o “galho secundário”, o qual se tornará *tal qual* a forma natural ao terreno *brasileiro*, sacrifica a semelhança implantada e inverossimilmente fecunda um organismo diferente de “folhas perdidas no torvelinho de nossa indiferença” em relação ao passado lusitano, para usar expressão de Sílvio Romero. Sendo a forma literária um instrumento de adequação à transformação social do Brasil, suas raízes puderam dar frutos conformes ao terreno do país, construindo simbolicamente sua identidade. A árvore enxertada é substituída pela vitalidade do “galho secundário”. Eis o poder *vegetal* desse galho na sua capacidade de assimilar a realidade brasileira; mergulhado na luz e na terra brasileira, dá vida à forma elementar do Brasil. O impasse crítico da “formação” está, portanto, em que a recusa à origem mobiliza uma tradição *brasileira* desfamiliarizada de sua proveniência. A literatura se submeteu ao modo de existência do sistema e, em especial, aos termos de germinação do galho, que se transformou no símbolo de outra tradição. A literatura *brasileira* não é mais parte e germinação da árvore ibérica, senão símbolo vivo do Brasil. A metáfora do galho opera o corte entre a herança velha e um Brasil vital graças ao qual se desarticula a função histórico-existencial da “alma comum” e interioriza-se o sentido próprio da brasilidade.

O iberismo de Sérgio Buarque forma um Brasil alinhado com a dinâmica da margem fora “da chave rigidamente opositiva e dia-

lética” (Vecchi, 2008, p. 380). O iberismo de Candido dá lugar à razão inexorável do localismo, a “outra marcha da formação”, a da ontologia local, que é desejo do discurso de um Brasil que não pode mais viver fora de si, ou ser o que ele não é. Essa é a pertinência do “instinto da nacionalidade” num

Machado nacionalista e mimético. Quaisquer que sejam os limites de “quando e onde é a origem”, (Finazzi-Agrò, 2001, p. 169), a “outra marcha” da formação é sintetizável na meta prospectivamente postulada pela finalidade *natural* da literatura brasileira para fins de sua originalidade.

## BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, José de. *Iracema: Lenda do Ceará*. São Paulo, Ateliê, 2006.
- ARANTES, Otília; ARANTES, Paulo. *Sentido da Formação: Três Estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- BAPTISTA, Abel Barros. *O Livro Agreste*. Campinas, Ed. Unicamp, 2005.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. 21ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1989.
- \_\_\_\_\_. “Cláudio Manuel da Costa”, in *Capítulos de Literatura Colonial*. São Paulo, Brasiliense, 1991, pp. 227-404.
- CANDIDO, Antonio. “O Significado de Raízes do Brasil”, in Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Iniciação À Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2007a.
- \_\_\_\_\_. *Formação da Literatura Brasileira*. 11ª ed. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2007b.
- CHAGAS, Pinheiro. *Ensaio Crítico*. Porto, Em Casa de Viúva Moré, 1866.
- COLERIDGE, Samuel Taylor. “Appendix to the Statesman’s Manual, Containing Comments and Essays”, in *Aids to Reflection in the Formation of Manly Character, on the Several Grounds of Prudence, Morality and Religion*. Burlington, Chauncey Goodrich, 1829.
- COSTA, Manoel (ed.). *Textos de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.
- FINAZZI-AGRÒ, Ettore. “O Duplo e a Falta: Construção do Outro e Identidade Nacional na Literatura Brasileira”, in *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 1. Niterói, Abralic, 1991, pp. 52-61.
- \_\_\_\_\_. “Em Formação. A Literatura Brasileira e a ‘Configuração da Origem’”, in *Antonio Candido y los Estudios Latinoamericanos*. Pittsburgh, Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, 2001, pp. 165-82.

- FRANCHETTI, Paulo. *Estudos de Literatura Brasileira e Portuguesa*. Cotia, Ateliê, 2007.
- \_\_\_\_\_. "Gonçalves de Magalhães e o Romantismo no Brasil", in *Revista de Letras*, 46/2. São Paulo, 2006, pp. 113-30.
- HANSEN, João Adolfo. "Para uma História dos Conceitos das Letras Coloniais Luso-Brasileiras dos Séculos XVI, XVII e XVIII", in Marcelo Jasmim; João Feres Jr. (eds.). *História dos Conceitos: Diálogos Transatlânticos*. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio/Ed. Loyola/luperj, 2007, pp. 253- 266.
- HUMBOLDT, Alexander von. *Ansichten der Natur*. Stuttgart, Reclam, 2008.
- LIMA, Luiz Costa. "Antropofagia e Controle do Imaginário", in *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. Niterói, Abralic, 1991, pp. 62-75.
- \_\_\_\_\_. "A Crítica Literária na Cultura Brasileira do Século XIX", in *Dispersa Demanda*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981, pp. 30-56.
- MAGALHÃES, Gonçalves de. "Discurso sobre a História da Literatura do Brasil", in *Nitheroy: Revista Brasiliense: Ciencias, Letras e Artes*. 2ª ed. Paris, Dauvin et Fontaine, 1836, pp. 132-59.
- MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kenedy (eds.). *Sérgio Buarque de Holanda. Perspectivas*. Campinas/Rio de Janeiro, Editora da Unicamp/Eduerj, 2008.
- MONTEIRO, Pedro Meira. "Uma Tragédia Familiar", in Pedro Meira Monteiro; João Kennedy Eugênio (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas/Rio de Janeiro, Editora da Unicamp/Eduerj, 2008.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva. Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida*. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003.
- RICOUER, Paul. *Metáfora Viva*. São Paulo, Edições Loyola, 2005.
- ROMERO, Sílvio. "A Filosofia no Brasil. Ensaio Crítico", in *Obra Filosófica*. Rio de Janeiro/ São Paulo, José Olympio/Editora da USP, 1969.
- SOARES, Joaquim de Macedo. "Tipos Literatos Contemporâneos", in *Correio Mercantil*, 7-8/jan./1862.
- VECCHI, Roberto. "Contrapontos à Brasileira: Raízes do Brasil e o Jogo das Metáforas", in Pedro Meira Monteiro; João Kennedy Eugênio (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas/Rio de Janeiro, Editora da Unicamp/Eduerj, 2008.

